

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDAS DIVERSAS (DOD-D) - SERVIÇOS**Atenção: todos os itens são de preenchimento obrigatório**

Data:	29/06/2020
Número do PROAD aberto	21.774/2019
Área Demandante:	Assessoria de Segurança e Transporte
Área Requisitante:	Seção de Transporte

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- Integrante Demandante:	Lúcio Batista Melo			
- Integrante Técnico:	Marcelo Bagnatori Sartori			
- Integrante Administrativo:	Titular:	Edvilton Bergamasco Fontes Galante	Suplente	Douglas Suetsugo Mitsuse

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Contrato/ata vence nos próximos 4 meses
	<input type="checkbox"/>	Contratada está com certidão irregular
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato
	<input type="checkbox"/>	Outra justificativa:
Contratação não é urgente		

Data para início dos serviços:	07/10/2020
---------------------------------------	------------

Catálogo (CATMAT/CATSER) (Para preenchimento deste item, os integrantes administrativos irão auxiliar) <https://siasgnet-consultas.siasgnet.estaleiro.serpro.gov.br/siasgnet-catalogo/#/siasgnet-catalogo/search>

15008 - Prestação de serviços de motorista; 13439 - Prestação de serviços de ascensorista

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)

OBS: caso a descrição for muito longa ou com tabelas, deve ser feita por meio de ANEXO que deverá ser mencionado no item 1.2 (Conforme Anexo X)

1.1 Descrição resumida do Objeto:

Contratação de empresa para prestação de serviços de a) Ascensoristas; e b) Condução de Veículos da Frota Oficial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de profissional responsável.

Grupo 1 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Ascensorista no Edifício Sede Judicial e no Fórum Trabalhista de Campinas.
1.1 DEMANDA - Para a prestação dos serviços de Ascensoristas, a CONTRATADA deverá alocar recursos humanos de seu quadro, conforme quantitativo, carga horária e categoria profissional constantes no quadro abaixo.

Quadro operacional e jornada de trabalho:

Lote	Local de Prestação dos Serviços	Quantidade de Ascensoristas	Carga Horária
01	Sede Judicial – Rua Barão de Jaguara, 901, Centro Campinas/SP	02	6 h/dia 2ª a 6ª feira
	Fórum Trabalhista de Campinas - Av. José de Souza Campos, 422 Campinas/SP	02	6 h/dia 2ª a 6ª feira

Os postos de serviços serão de 06 (seis) horas, de segunda a sexta-feira, num total de 30 horas semanais para cada trabalhador, com turnos de trabalho assim determinados:

Sede Judicial

1º Turno das 08h00 às 14h00

2º Turno das 13h00 às 19h00

Fórum Trabalhista de Campinas

1º Turno das 07h00 às 13h00

2º Turno das 13h00 às 19h00

1.2. ATRIBUIÇÕES DAS ASCENSORISTAS:

1.2.1 operar e atentar para o desempenho dos elevadores;

1.2.2 zelar pela conservação e higiene das cabinas, solicitando imediatamente o serviço de limpeza caso necessário;

1.2.3 relatar toda e qualquer irregularidade observada no elevador e solicitar manutenção junto ao responsável;

1.2.4 orientar os usuários para localização de pessoas ou dependências a que se destinam;

1.2.5 auxiliar no controle de entrada e saída de pessoas e materiais;

1.2.6 comunicar reservadamente aos Agentes de Segurança sobre qualquer visitante em atitude suspeita ou inconveniente;

1.2.7 verificar atentamente a escala de serviços nos elevadores;

1.2.8 não se ausentar da cabina dos elevadores durante o seu turno de serviço;

1.2.9 assumir diariamente o serviço uniformizado e com aparência adequada;

1.2.10 estar atento aos serviços, sendo vedado, no interior da cabina, o uso de celulares ou de aparelhos sonoros, bem como comer, beber, ler ou fumar;

1.2.11 tratar com urbanidade as pessoas no ambiente de trabalho, mantendo a ordem e a disciplina correspondentes à função;

1.2.12 operar rádios intercomunicadores HT;

1.2.13 ater-se às normas ABNT NBR 16083/2012 – pessoas presas em elevadores; e

1.2.14 conduzir possíveis situações de pânico.

Em razão do recesso judiciário entre os dias 20 de dezembro e 06 de janeiro de cada ano, o contingente de funcionários da Contratada poderá ser reduzido em até 80% (oitenta por cento), com a respectiva e proporcional redução de pagamento devido à Contratada, mediante notificação prévia do Gestor.

1.3. UNIFORMES E IDENTIFICAÇÃO:

A CONTRATADA se responsabilizará pelo fornecimento, a partir do início da execução contratual, de uniformes em quantidade suficiente para a boa apresentação de seus trabalhadores e de crachás de identificação funcional. O uniforme e o crachá são de uso obrigatório, vedadas a entrada e permanência no local de serviço sem uniforme e crachá, que deverá ser usado em lugar visível, durante toda a jornada de trabalho.

A CONTRATADA deverá obedecer às seguintes especificações e determinações na composição dos uniformes dos trabalhadores:

- cada trabalhador(a) deverá receber 02 (dois) conjuntos completos de uniformes por ocasião do início da prestação dos serviços e a reposição deverá se dar a cada 6 (seis) meses, a fim de que todo o grupo possa se apresentar ao trabalho sempre adequadamente uniformizado; e
- os modelos e as cores dos uniformes deverão ser previamente apresentados ao gestor deste contrato para aprovação.

1.4 QUALIFICAÇÃO DOS EMPREGADOS:

A contratada deverá apresentar empregados(as) com as seguintes qualificações:

- Escolaridade mínima : ensino fundamental completo;
- Pessoa dotada de equilíbrio emocional, capaz de lidar com possíveis situações de pânico;
- Conhecimento da ABNT NBR 16083 de 30/07/2012;
- Habilidade em operação de rádio tipo HT, fornecido pelo TRT.

Grupo 2 – OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de condução de veículos da Frota Oficial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, para o transporte de autoridades, servidores, documentos e materiais diversos.

2.1 DEMANDA - Para a prestação dos serviços de condução de veículos, a CONTRATADA deverá alocar recursos humanos de seu quadro, conforme quantitativo, carga horária e categoria profissional constantes no quadro abaixo.

	Categoria Profissional	Quantidade de Trabalhadores	Carga Horária Semanal	Horário Previsto para o Posto **
LOTE 1	Motorista Especial *	24	44 horas, de segunda a sexta-feira	06h00 às 16h00
	Motorista Especial *	26	44 horas, de segunda a sexta-feira	12h00 às 22h00
	Motorista Supervisor *	01	44 horas, de segunda a sexta-feira	06h00 às 16h00
	Motorista Supervisor *	01	44 horas, de segunda a sexta-feira	12h00 às 22h00

* condutor de veículo de passeio, que transporta autoridades da justiça (Juizes, Desembargadores, Promotores de Justiça, Procuradores etc), além da condução de caminhões semipesados e leves, ônibus, furgões, automóveis de serviço.

** de segunda-feira a sexta-feira (1h20 para refeição).

LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- Base Operacional: Anexo ao Edifício-Sede Judiciário:

Rua Barão de Jaguará, 945, 2º Pavimento, Centro, Campinas-SP;

A prestação dos serviços, em virtude do que dispõe o artigo 14 da Resolução nº 68 do CSJT, e alterações posteriores, será nos limites do Estado de São Paulo e, excepcionalmente, fora do Estado, quando devidamente autorizada pelo Presidente do Tribunal.

Na prestação dos serviços, quando restar incluída a previsão de pernoite em cidade diversa daquela onde se situa a sede do TRT, ensejará o pagamento antecipado, pelo Prestador de Serviço, ao respectivo funcionário, por pernoite, da quantia líquida de R\$182,94 (valor praticado no contrato atual).

A despesa referente ao pernoite será integralmente reembolsada pelo TRT ao Prestador de Serviço, acrescida dos tributos legais incidentes sobre o faturamento, conforme previsão contratual.

O pagamento mensal de pernoite não poderá exceder o total de 100 (cem) diárias, para o conjunto de motoristas.

Os Motoristas Supervisores terão por atribuição ficarem responsáveis, dentre outras atividades, por controlar horários de entrada e saída dos motoristas, intervalo intrajornada, horas extras, horas noturnas, sobreaviso, folha de ponto, controle de multas e pelo recebimento e repasse aos motoristas das ordens de serviço, seja pessoalmente, por telefone ou por sistema informatizado. Serão responsáveis também por controlar os deslocamentos dos motoristas por meio de ordens de serviço ou inserção em sistema informatizado dos dados referentes aos deslocamentos. Receber ofícios e notificações e toda e qualquer documentação/notificação do TRT que seja direcionada à Contratada e vice e versa.

2.2 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Para a prestação dos serviços aqui mencionados, a CONTRATADA alocará recursos humanos de seus quadros, nas quantidades e categorias profissionais em conforme previsto no item 2.1 acima.

Os postos de trabalho serão distribuídos de maneira que cumpram jornada de trabalho das 06h00 às 22h00 horas, além de atenderem todas as demandas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, incluindo os intervalos para refeição, sem prejuízo de outros horários que se fizerem necessários.

As horas adicionais ou de sobretempo realizadas pelo empregado, excedentes a 44 (quarenta e quatro) horas semanais, serão pagas na forma da lei.

Em razão do recesso judiciário entre os dias 20 de dezembro e 06 de janeiro de cada ano, o contingente de funcionários da Contratada poderá ser reduzido em até 80% (oitenta por cento), com a respectiva e proporcional redução de pagamento devido à Contratada, mediante notificação prévia do Gestor.

2.3 DOS SINISTROS A Contratada deverá, nos termos da lei, responsabilizar-se pelos sinistros ocorridos com os veículos da frota do TRT conduzidos e/ou sob responsabilidade de seus empregados, devendo:

I - no caso de danos parciais, assumir integralmente os custos de reparo do respectivo veículo;

II - em caso de "perda total", indenizar o TRT pelo valor de mercado do veículo, apurado pela tabela FIPE ou, na ausência desta, outra mais aceita no mercado que venha substituí-la.

Considera-se "perda total" o sinistro cuja média de orçamentos ultrapassar a 70% (setenta por cento) do valor de mercado do veículo.

2.4 MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Item	Qtde.	Descrição
01	60	Armários guarda-roupas, com chaves individuais.
02	02	Microcomputador com acesso à Internet.
03	01	Kit Bafômetro, contendo: a) Etilômetro Digital Portátil com saída USB; b) Impressora Portátil Bluetooth; c) Certificado de Calibração (Laudo do Equipamento), que será necessário em caso de Auditoria e/ou Fiscalização.
04	200	Bocais descartáveis para Bafômetro.

- Os armários guarda-roupas individuais serão utilizados pelos empregados da Contratada, inclusive nos períodos de afastamento (férias e licenças), e deverão ser instalados nas dependências do TRT reservada para tal finalidade; A CONTRATADA deverá consultar o fiscal do contrato (TRT) para verificar o espaço disponível para a instalação dos armários e, assim, mensurar o tamanho deles.

- Os Microcomputadores com acesso à Internet serão utilizados pelos Supervisores da Contratada, que terá responsabilidade por sua manutenção, atualização e demais despesas, incluindo provedor de acesso a dados;

- O Kit Bafômetro ficará sob responsabilidade dos Supervisores da Contratada, os quais deverão aplicar testes aleatórios e semanais nos motoristas (no mínimo 05 por semana), anexando os resultados aos relatórios mensais a serem entregues ao TRT.

- Quando o estoque de bocais descartáveis estiver se encerrando (abaixo de 50), o Supervisor responsável pela aplicação dos testes nos Motoristas requisitará da Contratada a remessa de novo quantitativo (200 bocais), os quais deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da requisição.

2.5 UNIFORMES E IDENTIFICAÇÃO

A CONTRATADA deverá fornecer uniformes novos conforme especificações e quantitativo constantes na tabela abaixo, submetendo-os previamente à aprovação do TRT, sendo resguardado o direito do Tribunal exigir, a qualquer momento, a substituição daqueles que não atendam às condições mínimas de apresentação.

TIPO	QUANTIDADE			ESPECIFICAÇÕES
	Início	6 meses	Anual	
Terno	03	03	06	Em tecido do tipo microfibra, forrado, cor preta, de boa qualidade.
Gravata	03	03	06	Em tecido poliéster ou seda, em peça única para uso em nó, cor preta para os Motoristas; e cor vermelha para os Supervisores.
Colete (Tipo Pullover)	01	01	01	Em lã antialérgica, cor preta, de boa qualidade.
Camisa	05	05	10	Em tecido poliéster com algodão, estilo social, manga longa, cor branca, de boa qualidade.
Sapatos(Par)	02	02	04	Em couro, tipo esporte fino, com cadarço, solado de borracha, cor preta, de boa qualidade.
Meias(Par)	05	05	10	Em tecido de algodão, poliamida e elastano, cor preta, de boa qualidade.
Cinto	01	01	02	Em couro, tipo esporte fino, cor preta, de boa qualidade.

Nota: O Conjunto de itens deverá ser considerado de acordo com o biotipo do funcionário.

2.5.1 Os uniformes deverão ser submetidos previamente à aprovação do TRT no prazo de 05 (cinco) dias corridos a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, resguardado o direito do TRT exigir, a qualquer tempo durante toda a vigência contratual, a substituição daqueles que não atendam às condições mínimas de apresentação.

2.5.2 O primeiro fornecimento deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do extrato do contrato na Imprensa Oficial.

2.5.3 Os uniformes deverão ser entregues aos profissionais mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser fornecida ao TRT, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da entrega, não podendo ser repassado seu custo ao ocupante do posto de serviço.

2.5.4 A CONTRATADA deverá fornecer crachás de identificação aos seus funcionários, que deverá ser durante toda a jornada, em local de fácil visualização, devendo nele constar, na frente: foto recente, o nome curto do trabalhador em letras grandes e o cargo; no verso: o nome completo do trabalhador, número do RG e matrícula fornecida pelo TRT, conforme modelo abaixo:

2.6 REQUISITOS BÁSICOS
Os profissionais selecionados pela CONTRATADA para a prestação dos serviços de condução de veículos deverão atender todas as demandas do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conduzindo os veículos oficiais existentes ou quaisquer outros que venham a ser adquiridos e, ainda, os seguintes requisitos:

- a) apresentar CERTIFICADO de conclusão de ensino médio, considerado o ideal para o trato com a clientela do TRT;
- b) apresentar CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CNH) na categoria "D" ou superior, sendo, ainda, exigível o tempo mínimo de 02 (dois) anos de experiência, devidamente comprovada na CTPS;
- c) possuir Curso de Primeiros Socorros, devidamente comprovado com certificado, objetivando prestar auxílio em qualquer eventualidade;
- d) possuir Curso de Direção Defensiva, devidamente comprovado com certificado, objetivando complementar o aperfeiçoamento profissional;
- e) possuir Curso de Direção Evasiva, devidamente comprovado com certificado, objetivando complementar o aperfeiçoamento profissional;
- f) possuir Curso de Relações Humanas, devidamente comprovado com certificado, visando um bom relacionamento interpessoal;
- g) apresentar nada consta dos setores de distribuição dos foros criminais dos estados que tenham residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal e Estadual, para todos os ocupantes dos postos de serviço;
- h) apresentar resultado negativo quanto ao uso de drogas ilícitas através de exame clínico toxicológico, com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias;
- i) quitação com as obrigações do serviço militar;
- j) quitação com as obrigações eleitorais;

Obs: Para todos os Itens, a empresa Contratada deverá orientar, fornecer e fiscalizar seus empregados quanto ao uso de EPI's, em especial o disposto no Decreto Estadual nº 64.959/2020 e Resolução CNJ nº 322, de 1º de junho de 2020, que dispõem, dentre outros, sobre o uso obrigatório de máscaras de proteção facial durante a execução dos serviços.

1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado (p. ex., 12 meses, 30 meses), e se poderá ser prorrogado OU prazo de execução do serviço.	
A vigência do contrato deverá ser de 30 (trinta) meses, a contar de sua assinatura, podendo, a critério das partes, ser prorrogado por igual e sucessivo período, mediante aditamento ao contrato, conforme estabelecido no artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993.	
Outro	

1.4 Local e horário da prestação dos serviços			
Lote 1 - Ascensoristas: Sede Judicial – Rua Barão de Jaguará, 901, Centro Campinas/SP e Fórum Trabalhista de Campinas - Av. José de Souza Campos, 422 Campinas/SP, 6 h/dia , de 2ª a 6ª feira, sendo: Sede Judicial, 1º Turno das 08h00 às 14h00 e 2º Turno das 13h00 às 19h00;			
Lote 2 - Motoristas e Supervisores: Base Operacional: Anexo ao Edifício-Sede Judiciário: Rua Barão de Jaguará, 945, 2º Pavimento, Centro, Campinas-SP, 44 horas, de segunda a sexta-feira, sendo: 1º Turno das 06h00 às 16h00, e 2º Turno, das 12h00 às 22h00.			
Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Diversos, conforme Objeto	Diversos	da 2ª a 6ª feira	não se aplica
Outros:			

2. ANÁLISE de VIABILIDADE	
2.1 Análise e comparação entre soluções/contratações identificadas:	
Este Regional possui contrato para ascensoristas e condução de veículos há anos, mediante contratação de empresa para disponibilização de ascensoristas e motoristas exclusivos (postos), mediante utilização de veículos pertencentes à Frota.	
Para os serviços de Ascensoristas, não há outras opções no mercado, enquanto que, para os serviços de Motoristas, o mercado oferece outras modalidades de contratação, dentre elas a contratação de empresa de transporte executivo, na qual tanto os veículos quanto os motoristas pertencem à empresa Contratada.	
Também há no mercado a possibilidade de utilização de transporte por aplicativos, do tipo "UBER" ou "CABIFY", mediante reembolso ao usuário. A utilização de aplicativos mediante reembolso é tema que não se enquadra às licitações e, portanto, não é pertinente ao presente estudo.	
Quanto à possibilidade de contratação de empresa com o fornecimento de veículos e motoristas (transporte executivo), o pagamento é realizado mediante pagamento por km rodado. Outrora este E. TRT elaborou estudos comparativos entre essa modalidade (transporte executivo) e a atualmente utilizada (motoristas). À época verificou-se que os custos de contrato para "transporte executivo" eram inferiores à contratação de condução da frota (motoristas), levando-se em consideração, além do valor mensal, os custos indiretos, tais como manutenção, combustíveis, pedágio e depreciação da frota; entretanto, outros fatores considerados essenciais foram determinantes para a manutenção do contrato de condução da frota (motoristas), em especial: a) nos serviços de transporte executivo os veículos e motoristas não estão à disposição deste E. TRT - após a requisição, a empresa precisaria de um tempo (estimado de 30 minutos) para atendimento; b) também não há controle deste E. TRT com relação aos veículos utilizados, em especial quanto às manutenções preventivas, o que depõe contra a segurança dos usuários; c) o TRT não possuiria controle (documental) sobre as contratações dos motoristas, suas formações (relações interpessoais, noções de ética e cidadania, primeiros socorros), suas habilidades (curso de direção defensiva, evasiva), seus antecedentes e seus direitos trabalhistas, diferentemente do que ocorre com a contratação para condução de veículos (motoristas).	
Assim, tendo em vista a especificidade dos serviços a serem contratados, principalmente nos quesitos "confiabilidade" e "segurança", trata-se de contratação que não apresenta, no mercado, outra solução senão a definida na requisição.	
Justificativa	Com relação às Ascensoristas, há determinação verbal expressa da Alta Administração para a continuidade dos serviços. Já as atividades a serem desenvolvidas pelos Motoristas são imprescindíveis para que o Setor de Transportes possa conferir efetividade em suas atribuições, em especial devido à ausência de servidores públicos ocupantes de cargo efetivo correspondente na atual estrutura regimental deste E. TRT e, conforme dispõe o Decreto nº 2.271/97, a presente contratação dos serviços de Motorista tem a finalidade de apoiar a realização de atividades essenciais no cumprimento da missão institucional deste E. TRT. A contratação de 50 (cinquenta) motoristas é o mínimo possível em razão do modus operandi dos serviços (distribuição das atividades), a qual foi estudada e determinada pela Alta Administração deste E. TRT. Assim, os quantitativo de funcionários, tanto de Ascensoristas quanto de Condutores de Veículos, deverão permanecer inalterados com relação aos contratos atualmente vigentes, por se tratar do quantitativo mínimo necessário à manutenção da qualidade dos serviços prestados. Eventual redução do quadro impactará negativamente acarretando deficiências significativas e queda na eficácia dos serviços. Muito embora a(s) nova(s) empresa(s) a ser(em) contratada(s) não se obriga(m) a manter os atuais prestadores dos serviços (Ascensoristas e Condução de Veículos), importa informar que os funcionários das atuais empresas contratadas possuem amplo conhecimento das normas e rotinas deste Regional; possuem zelo e compromisso com suas atribuições, agindo sempre com muito profissionalismo perante os Srs. desembargadores, juizes, servidores, advogados e demais jurisdicionados não havendo, deste modo, nada que os desabone para que se dê continuidade em suas atividades no âmbito deste E. TRT da 15ª Região. Desta forma, a Área Demandante manifesta-se favorável à manutenção dos atuais funcionários prestadores dos serviços.

Pode ser utilizada a planilha abaixo para especificar as soluções identificadas:			
Solução	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Descrição			
Vantagens			
Desvantagens			
Atende (Sim/Não)			

2.2 Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)	
Solução escolhida	Contratação dos Condutores de Veículos, conforme contratações anteriores.

	Com relação às Ascensoristas, há determinação verbal expressa da Alta Administração para a continuidade dos serviços. Já as atividades a serem desenvolvidas pelos Motoristas são imprescindíveis para que o Setor de Transportes possa conferir efetividade em suas atribuições, em especial devido à ausência de servidores públicos ocupantes de cargo efetivo correspondente na atual estrutura regimental deste E. TRT e, conforme dispõe o Decreto nº 2.271/97, a presente contratação dos serviços de Motorista tem a finalidade de apoiar a realização de atividades essenciais no cumprimento da missão institucional deste E. TRT. A contratação de 50 (cinquenta) motoristas é o mínimo possível em razão do modus operandi dos serviços (distribuição das atividades), a qual foi estudada e determinada pela Alta Administração deste E. TRT. Assim, os quantitativo de funcionários, tanto de Ascensoristas quanto de Condutores de Veículos, deverão permanecer inalterados com relação aos contratos atualmente vigentes, por se tratar do quantitativo mínimo necessário à manutenção da qualidade dos serviços prestados. Eventual redução do quadro impactará negativamente acarretando deficiências significativas e queda na eficácia dos serviços. Muito embora a(s) nova(s) empresa(s) a ser(em) contratada(s) não se obriga(m) a manter os atuais prestadores dos serviços (Ascensoristas e Condução de Veículos), importa informar que os funcionários das atuais empresas contratadas possuem amplo conhecimento das normas e rotinas deste Regional; possuem zelo e compromisso com suas atribuições, agindo sempre com muito profissionalismo perante os Srs. desembargadores, juízes, servidores, advogados e demais jurisdicionados não havendo, deste modo, nada que os desabone para que se dê continuidade em suas atividades no âmbito deste E. TRT da 15ª Região. Desta forma, a Área Demandante manifesta-se favorável à manutenção dos atuais funcionários prestadores dos serviços.
Justificativa	
Valor estimado	Ascensoristas: Valor Total Mensal: R\$17.911,12; Motoristas: R\$427.866,50; e Motoristas Supervisores: R\$19.563,34.
Outros	Não se aplica

2.2.1 Alinhamento Estratégico	https://trt15.jus.br/sites/portal/files/roles/institucional/gestao-estrategica/Plano%20site%20revisado%20menor.pdf	Selecione abaixo:
TRT 15ª – Plano Estratégico Institucional 2015 – 2020 Aprimorar a qualidade na prestação de serviço, com estrutura adequada e sustentabilidade, visando à satisfação externa e interna.		

2.2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)		
<input type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas	
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações	
<input checked="" type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários	
<input type="checkbox"/>	Adequação de eventos promovidos por este Tribunal	
<input type="checkbox"/>	Outro benefício:	

2.2.3 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado		
Ascensoristas: Estão sendo contratadas o quadro mínimo necessário para atendimento aos dois prédios, ou seja, 02 (duas) para a Sede Judicial e 02 (duas) para o FT Campinas, as quais realizarão os serviços em turnos diversos e complementares para atendimento ao horário total de expediente. Os Condutores de veículos da frota (Motoristas) atendem aos 55 (cinquenta e cinco) Desembargadores deste E. TRT, ao transporte de Autoridades diversas (Ministros e autoridades convidadas para eventos), aos serviços Administrativos, transporte de documentos, materiais, equipamentos de informática, manutenção, entre tantas outras atividades. Outrora, a contratação contava com 60 (sessenta) motoristas e, diante da necessidade de redução de custos (contingenciamento orçamentário/financeiro), o quantitativo foi reduzido para 50 (cinquenta). Apesar da presença de alguma inatividade em determinadas horas do turno, a permanência dos condutores à disposição deste E. TRT é imprescindível para as diversas ocorrências que surgem durante o período.		

2.2.4 Necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para viabilizar execução do serviço		
<input checked="" type="checkbox"/>	Não há adequação a ser feita	
<input type="checkbox"/>	Alteração de layout	
<input type="checkbox"/>	Instalação elétrica	
<input type="checkbox"/>	Instalação lógica	
<input type="checkbox"/>	Instalação de divisória	
<input type="checkbox"/>	Outra adequação:	

2.2.5. Há algum impacto ambiental na contratação deste serviço		
Não		

3. SUSTENTAÇÃO do CONTRATO		
3.1 Selecione as opções abaixo para análise quanto à existência ou não de contrato:		
<input type="checkbox"/>	Entrega integral ACIMA de 30 dias	
<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigação futura, como, por exemplo, assistência técnica (EXCETO garantia do serviço ou fornecimento) ou por ser praxe de mercado a existência de contrato.	Tem contrato
TEM CONTRATO, preencha os itens abaixo:		

3.2 Recursos materiais e humanos necessários à continuidade do objeto contratado	
Os recursos materiais e humanos necessários à continuidade do objeto contratado correspondem aos atualmente disponibilizados	

3.3 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual	
<input checked="" type="checkbox"/>	Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas
<input checked="" type="checkbox"/>	Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível
Outra opção:	

3.4 Ações de transição contratual e de encerramento contratual	
Não serão necessárias ações relevantes relativas à transição e ao encerramento do contrato.	
É necessário sobreposição contratual?	
Não	
3.4.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação	
Não se aplica	
3.4.2. Devolução de recursos materiais	
Devolução do armário a ser fornecido para a acomodação de roupas e objetos pessoais dos Motoristas	

4. ESTRATÉGIA para a CONTRATAÇÃO	
4.1 Natureza do objeto	Serviço continuado
4.2 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)	
<input checked="" type="checkbox"/>	Divisão em grupos para maior competitividade, economicidade

<input type="checkbox"/>	Grupo com vários itens	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

4.3 Classificação do bem comum ou não: É possível especificar o serviço/objeto usando parâmetros usuais de mercado?

Sim	
Justificativa:	Bem comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

4.4 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas

Pregão eletrônico
4.4.1 Forma de julgamento:
Menor preço
4.4.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)
Por grupo, critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço

4.5 Classificação orçamentária com indicação da fonte de recurso

A ser oportunamente preenchida pela Secretaria de Orçamento e Finanças.

4.6 Equipe de Gestão da Contratação com indicação dos integrantes

Gestor do Contrato:	Carlos de Carvalho Júnior – Assessor de Segurança e Transportes
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Lúcio Batista Melo
Fiscal Técnico do Contrato:	Marcelo Bagnatori Sartori
Fiscal Administrativo	Para o contrato de motoristas: Neyvan Pecanhuk Para o contrato de ascensoristas: Luciana Tessia Moraes Melo

5. PREVISÃO DE CUSTOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

O atual contrato de Ascensorista apresenta como valor mensal o montante de R\$17.734,16, enquanto que o contrato de Motoristas apresenta como valor mensal o montante de R\$424.176,53, além de R\$65.986,03 de horas extras - em média.

6. SUSTENTABILIDADE

Há critérios de sustentabilidade a serem observados?

Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:

Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:

grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
Grupo	Lotes 1 e 2	5.2.1. Serviços que envolvam a utilização de Mão-de-Obra	Para os serviços que envolvam a utilização de mão de obra, residente ou não, a contratada deve: a) Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE; b) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE; c) Elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE; d) Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE; e) Assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98 de 20 de abril de 2012; f) Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão; g) Comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições: I. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011; II. Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105. h) Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços33.

Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:

Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 2ª edição do CSJT:

www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=750deba9-30cc-4ead-a04c-6fcf316c9e8e&groupId=955023

7. ARQUIVOS

Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?

Não se aplica

Indicar anexo ou local em que pode ser baixado

No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:

8. VISTORIA / VISITA TÉCNICA

Há previsão de vistoria/visita técnica?	
Não se aplica	
Se sim. Justificar:	Não se aplica
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
9.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):	
Não se aplica	

9. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)		
A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.		
<input checked="" type="checkbox"/>	Operacional:	Conforme IN 05/2017
<input type="checkbox"/>	Registro da empresa no respectivo conselho profissional:	
<input type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovem a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).	
<input type="checkbox"/>	Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.	

10. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?	
Sim	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):	<p>Atendimento às Leis nº 8.706/1993 e 13.103/2015, conforme abaixo:</p> <p>A Contratada deverá, obrigatoriamente, encontrar-se vinculada ao Sistema Sest-Senat (respectivamente "Serviço Social do Transporte" e "Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte"), cujas alíquotas previstas na Lei nº 8.706/93 deverão integrar as Planilhas de Custo e Formação de Preços. A vinculação da Contratada ao Sistema Sest/Senat, além da previsão legal, permitirá aos seus empregados usufruírem dos benefícios oferecidos pelo Sistema, notadamente nos campos da alimentação, saúde, cultura, lazer e segurança no trabalho, além da própria formação profissional do empregado (preparação, treinamento e aperfeiçoamento), resultando na redução de custos contratuais.</p> <p>Nos termos da Lei nº 13.103/2015, que alterou disposição da CLT (em especial o art. 235-B, inciso VII), a Contratada deverá apresentar no início da execução do contrato e por ocasião da admissão que qualquer novo empregado, bem como a cada período de 2 anos e seis meses, resultado de exame toxicológico de todos os seus motoristas em atividade perante este E. TRT.</p> <p>O TRT se reserva o direito de solicitar à Contratada a apresentação de resultado de exame toxicológico, a qualquer tempo, em caso de fundada suspeita ou percepção de que qualquer motorista utilize ou tenha utilizado substâncias psicoativas que causem dependência ou, comprovadamente, comprometam a capacidade de direção.</p>

11. AMOSTRA / PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS / LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Não

12. GARANTIA	
12.1 Garantia do objeto	
Especificar o objeto, grupo a qual se refere e as especificações:	
Não se aplica	
Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.	
12.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)	
A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:	
1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato; 2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e 3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.	
5%	
Justificativa	O histórico das contratações dos serviços terceirizados, no âmbito deste E. TRT, demonstra a necessidade de exigência da garantia prevista na Lei 8.666/93 em seu limite máximo (5%), tendo em vista a ocorrência de reiteradas inexecuções contratuais.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA	
As obrigações a serem explicitadas devem ser em <u>relação ao objeto da contratação</u> , como, por exemplo:	
- Para execução dos serviços, a empresa deverá fornecer todos materiais e equipamentos necessários a seus funcionários - Os funcionários deverão estar uniformizados e identificados por meio de crachá - A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de início dos serviços - A empresa deverá fornecer nomes e dados documentais dos funcionários que executarão os serviços - Ao final dos serviços, a empresa deverá fornecer relatório especificando serviços prestados com identificação do responsável e prazo de garantia - Caso se verifique algum defeito ou falha no serviço prestado a empresa deverá providenciar o devido saneamento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação da contratante.	
Especificações:	
13.1. Obrigações da Contratante (TRT)	
1. prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA; 2. colocar à disposição dos empregados da CONTRATADA local para a guarda de uniforme e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços; (*) 3. efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, nos prazos estabelecidos, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências deste contrato; 4. exercer a fiscalização dos serviços prestados, por meio do gestor e/ou por servidores designados para esse fim; 5. comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato; 6. observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários. (*) Apenas para o Lote 2 (Condutores de Veículos)	
13.2. Obrigações da Contratada	

1. nomear preposto para, durante todo o período de vigência, representá-la na execução do contrato, apresentando-o ao TRT antes do início da execução dos serviços contratados;
2. manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao TRT a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
3. recrutar, selecionar e encaminhar ao TRT os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida;
4. responder, nos prazos legais, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras exigidas pela Convenção Coletiva da categoria profissional ou que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
5. respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do TRT;
6. responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do TRT, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução deste contrato;
7. comunicar à Administração do TRT qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
8. fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
9. arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato;
10. durante a execução do contrato, se constatado que os materiais/equipamentos fornecidos não atendem às necessidades quanto ao desempenho, a CONTRATADA deverá substituí-los, devendo apresentar outros novos no prazo de 24 horas, a contar da notificação, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, devendo, ainda, proceder à prévia aprovação do TRT; (*)
11. apresentar, anualmente, comprovação de que os empregados tenham sido submetidos e aprovados em (*):
 - a) Conhecimentos teóricos e práticos em DIREÇÃO DEFENSIVA e EVASIVA;
 - b) Exames de Perfil Psicológico e Dinâmica de Grupo, aplicados por profissional especializado;
 - c) Curso de requalificação em relações interpessoais, com conteúdos que contemplem noções de ética e cidadania, primeiros socorros e relações humanas.
12. apresentar "nada consta" dos setores de distribuição dos foros criminais dos estados que tenham residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal e Estadual, para todos os ocupantes dos postos de serviço; (*)
13. subsidiar, conforme previsto na Planilha de Custos e Formação de Preços, Plano de Internet (Pacote de Dados) a cada um de seus empregados, para utilização dos aparelhos celulares pessoais (código de área prefixo DDD 19), de modo que todos os postos mantenham-se em comunicação. Os Planos deverão conter, no mínimo: (*)
 - a) 5,0GB mensais;
 - b) Velocidade 4G;
 - c) Apps WhatsApp e Waze (ou outro aplicativo de navegação) ilimitados;
14. não permitir a utilização dos telefones do TRT, sob a responsabilidade da CONTRATADA, para ligações interurbanas de qualquer natureza, bem como para tratar de assuntos alheios ao serviço. O TRT deduzirá da fatura mensal correspondente qualquer valor referente a serviços especiais e interurbanos, taxas de serviços medidos e registrados nas contas dos aparelhos mencionados, quando comprovadamente feito por empregados da CONTRATADA;
15. não permitir que seus empregados executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiverem prestando o serviço;
16. manter, na empresa, reserva técnica de pessoal capacitado, treinado e uniformizado, para substituição imediata de seus empregados em caso de falta, férias ou outros;
17. fiscalizar a limpeza e a organização dos vestiários de uso dos empregados alocados nos postos de serviço, aplicando, sempre que necessário, as penalidades cabíveis aos que não atenderem às orientações; (*)
18. arcar com as despesas decorrentes de avarias, do extravio de equipamentos obrigatórios e demais componentes dos veículos oficiais, de multas de trânsito e de acidentes envolvendo os veículos oficiais conduzidos pelos empregados da empresa, na forma da lei, resguardado o direito de regresso, ocorridos durante a execução dos serviços, mediante desconto dos valores pagos pelo TRT à CONTRATADA; (*)
19. preencher, durante toda a vigência contratual, o mínimo de 10% (dez por cento) das vagas de trabalho previstas neste contrato através de trabalhadores afrodescendentes, nos termos das disposições da Resolução nº 131/2013, do CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
20. instalar escritório na cidade de Campinas, Estado de São Paulo a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato;
21. manter seus empregados sob as normas disciplinares do TRT, substituindo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após notificação, qualquer que seja considerado inconveniente pelo representante do TRT;
22. manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme;
23. cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;
24. administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
25. instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;
26. orientar, ainda, seus empregados, no sentido de: (*)
 - a) ser pontual e permanecer no posto de serviço;
 - b) adotar os procedimentos de segurança aplicáveis na execução dos serviços;
 - c) prestar os serviços com higiene pessoal satisfatória;
 - d) zelar pelos veículos sob sua responsabilidade e pelos acessórios neles instalados;
 - e) operar equipamentos de comunicação ou sistemas utilizados na execução dos serviços;
 - f) observar se os veículos estão em perfeitas condições de limpeza, fazendo a devida comunicação ao TRT sempre que verificar o não atendimento destas condições;
 - g) comunicar à fiscalização do TRT, sempre que constatar qualquer anormalidade que impeça a utilização do veículo;
 - h) informar ao TRT todo e qualquer defeito de funcionamento constatado nos veículos;
 - i) tratar os passageiros com educação, urbanidade e respeito;
 - j) seguir rigorosamente as orientações aplicáveis em caso de acidente com veículos oficiais do TRT;
 - k) manter seus aparelhos celulares sempre ligados, inclusive nos horários de descanso, aos sábados, domingos e feriados.
 - l) comunicar-se com a área competente do TRT sempre que, durante a execução dos serviços, ocorra qualquer impedimento, com vistas às medidas de socorro, transporte de passageiros ou acionamento de perícia;
 - m) em caso de acidente, aguardar no local da ocorrência mantendo o veículo sob sua guarda até sua liberação pelo representante do TRT;
 - n) zelar pela fiel observância das regras fixadas pelo TRT para a utilização do transporte;
 - o) articular-se com a área competente do TRT, visando à solução das dificuldades eventualmente surgidas na execução dos serviços;
 - p) portar Carteira Nacional de Habilitação válida;
 - q) certificar-se de que estejam no veículo os documentos e equipamentos de porte obrigatório, bem como cartão de abastecimento, se for o caso.
 - r) submeterem-se aos testes de Bafômetro sempre que solicitado pelos Supervisores, em obediência às normas aplicáveis;
27. cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com o gestor do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;
28. coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
29. assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;
30. registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo ao TRT o acesso ao controle de frequência;
31. solicitar à Administração do TRT autorização formal para retirada de quaisquer equipamentos, pertencentes à CONTRATADA, que esta tenha levado para o local de execução do serviço; (*)
32. responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências do TRT onde devem ser executados os serviços, por meio próprio ou mediante vale-transporte, nos termos da Lei n.º 7.418/85, regulamentada pelo Decreto n.º 95.247/87. Tal responsabilidade persiste inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário;
33. apresentar no início da execução do contrato e por ocasião da admissão que qualquer novo empregado, bem como a cada período de 2 anos e seis meses, resultado de exame toxicológico de todos os seus motoristas em atividade perante este E. TRT, reservando-se ao TRT o direito de solicitar a apresentação de resultado de exame toxicológico, a qualquer tempo, em caso de fundada suspeita ou percepção de que qualquer motorista utilize ou tenha utilizado substâncias psicoativas que causem dependência ou, comprovadamente, comprometam a capacidade de direção;
34. providenciar para todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, cartão cidadão ou outro cartão equivalente, que possibilite a consulta e recebimentos de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável;
35. providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet; ou Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;
36. efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade ou região metropolitana em que o empregado presta serviços;
37. pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;
38. responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o TRT;
39. responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do TRT;
40. responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
41. responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
42. apresentar, no início e no término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:
 - a) até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF. Em nenhuma hipótese será admitido o acesso às dependências de prestação dos serviços de empregados que não constem da referida relação. Eventuais alterações dessa relação devem ser imediatamente comunicadas ao gestor;
 - b) até 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços, inclusive após a admissão de novo empregado, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais das CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, onde constem fotografia, dados pessoais do empregado e o contrato de trabalho, além dos laudos dos exames médicos admissionais;
 - c) até 30 (trinta) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que forem demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:
 - c.1) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - c.2) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - c.3) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.
43. apresentar ao TRT a nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, dos serviços prestados, emitida a partir do 1º dia útil do mês subsequente a que se referem, acompanhada do relatório mensal de frequência relativo ao mês faturado, contendo faltas, licenças, férias e substituições dos funcionários, com o visto do gestor do contrato.